

Os “habitantes do fundo das águas” e as pressões socioambientais na Ilha do Bananal/TO, Brasil¹

Maria do Carmo Pereira dos S. Tito - Doutoranda em Ciências do Ambiente/UFT
Odair Giraldin - Prof. PhD do Curso de Ciências do Ambiente/UFT)

1. Introdução

O artigo traz apontamentos sobre as configurações socioeconômicas e culturais da região sudoeste do estado do Tocantins. Trata-se de uma região que, nas últimas décadas, o avanço do agronegócio transformou de maneira significativa a paisagem natural e impôs forte pressão socioambiental junto as populações indígenas que habitam a Ilha do Bananal e, em particular, o povo Javaé.² Formada pelos rios Araguaia e Javaés, caracterizada pela exuberante biodiversidade de exemplares da fauna e da flora que compõem uma faixa de transição cerrado/floresta amazônica, a Ilha do Bananal encontra-se atualmente cercada de megas empreendimentos, como a produção irrigada de grãos do Projeto Formoso e por grandes propriedades de criação de gado bovino.

O crescimento econômico e o relativo aumento populacional dos municípios que compõem a região parece ter trazido alterações não apenas nas relações de indígenas e não-indígenas, mas na própria forma como os Javaé utilizam economicamente as suas terras. Se até então o extrativismo, a caça, a pesca, a coleta e agricultura de subsistência consistiam na forma mais comum de usos dos recursos naturais, neste novo contexto atividades como o aluguel de pastagens sobre a forma de “retiros” passou a se constituir como importante fonte de renda para os índios Javaé. Por outro lado, a exploração cada vez maior da água do rio Javaé para abastecer as grandes lavouras irrigadas, parece ter provocado impacto na questão hídrica da região, como se observa nas constantes faltas de água nas aldeias ribeirinhas, durante os períodos de estiagens.

Este artigo parte da premissa de que o rio Javaé consiste numa barreira física entre o desenvolvimento econômico / crescimento populacional impulsionado pelo agronegócio e a reserva indígena Javaé. Contudo, é do ponto de vista metafórico e mesmo mítico que o rio ganha significados bem mais importantes quando se pretende analisar os

¹ Trabalho apresentado na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 09 e 12 de dezembro de 2018, Brasília/DF.

² Esta discussão traz resultados preliminares de uma pesquisa em andamento no curso de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente, da Universidade Federal do Tocantins, que contempla análises sobre os conhecimentos etnozoológicos do povo indígena Javaé.

impactos deste processo em termos socioambientais e identificar como as populações tradicionais resignifica seus modos de ser e de viver neste contexto, em particular a sua relação com o outro e com a biodiversidade. Cabe destacar que o povo Javaé, possui vários mitos e ritos associados àquilo que comumente definimos como natureza. Ao longo dos séculos, como relatam viajantes e pesquisadores que estiveram entre estes indígenas, os Javaé estabeleceram uma relação integrada com a biodiversidade local e isso, provavelmente, permitiu o equilíbrio que tanto se busca em espaços com tamanha riqueza de fauna e flora, como é a ilha do bananal.

Por se tratar de uma pesquisa em andamento não se traz aqui resultados conclusivos, mas se delinea um contexto com informações e problematizações em torno do cenário de pressão socioambiental – derivada do avanço do agronegócio na região sudoeste do estado do Tocantins – sobre as populações indígenas da Ilha do Banal e como estas tem se colocado diante de uma situação que para elas é nova em termos socioeconômico e cultural. Partindo destas considerações iniciais, o artigo está dividido em duas. Na primeira, traz se uma discussão teórica em torno da noção de fronteira, por entender que trata-se de um conceito que possui elementos que podem ser importantes para se compreender o significado material e simbólico do rio Javaé como barreira natural e cultural entre os indígenas da Ilha do Banal e o avanço do agronegócio na região e suas implicações. No segundo tópico, é traçado o cenário deste avanço da agricultura e da pecuária a partir de dados que evidenciam como, nas últimas décadas, se elevaram a produção de grãos e a criação de gado bovino na região, patrocinados ora por programas governamentais, ora pela mão da iniciativa privada.

2. Fronteira: da noção conceitual às barreiras físicas e os lugares simbólicos.

O conceito de fronteira possui uma longa trajetória nas ciências humanas, sendo utilizado com maior ou menor intensidade em diferentes momentos por geógrafos, historiadores e cientistas sociais. Embora anteriormente alguns de seus elementos estejam presentes em trabalhos desenvolvidos sobre as grandes navegações e a chegada dos europeus no continente americano, sua formulação teórica mais precisa se dá a partir do clássico estudo sobre a “ocupação do oeste” na história dos Estados Unidos, elaborado pelo historiador norte-americano Frederick Jackson Turner, na década de 1920. Para este autor, fronteira definia-se como um processo contínuo de expansão linear da sociedade civilizada perante as terras tidas como selvagens. Neste avanço, “os pioneiros” caminham sobre as terras dos não-civilizados para implantar instituições,

símbolos do que consideram como sendo modernos e retirar tais regiões do atraso. Para Turner (2004 [1920]), não se trata de atraso apenas econômico, pois o conceito também carrega um forte componente cultural, na medida em que a fronteira separa a cultura da não-cultura, o algo do nada. Em síntese, nas análises de Turner sobre a colonização do oeste americano, a fronteira é o movimento de conquista e separação entre a civilização e a barbárie.

Estudos que levam em consideração a noção de fronteira na Antropologia estão presentes principalmente nos pesquisas sobre as “fronteiras étnicas”, como as levadas a cabo por Frederic Barth. Ao partir de uma noção de cultura enquanto processo, Barth (1969) rejeita a existências de populações isoladas, defendendo que as culturas diversas definem-se a partir dos fluxos culturais, das trocas e dos intercâmbios que são realizados, embora com diferentes graus de intensidades, sempre na fronteira. Como limite, demarca a abrangência de territórios ao mesmo tempo que é um espaço através do qual se dão as interações entre populações diversas. Essa visão processual de Barth em oposição a uma perspectiva estruturalista, rompe com perspectiva que viam as identidades étnicas como produtos acabados e aponta para o fato de que as dinâmicas das trocas culturais em situações de fronteira possibilitam o contato e a produção de combinações ou delimitação de identidades. Assim, a fronteira é ou pode se constituir como algo que separa e aproxima. Essa abordagem permite pensar a noção de fronteira colocada entre grupos étnicos diferentes como um local ou situação em que se se realizam trocas interculturais que agem como fatores de manutenção das identidades, não como “assimilação” ou “aculturação”, mas como resultantes da atuação e escolhas dos grupos envolvidos.

Entretanto, seria ingênuo ter uma percepção de que estas relações não possuam componentes políticos de poder e de dominação. Nesse sentido, Ulf Hannerz (1997), que aprofundou a abordagem teórica de Barth sobre a noção de fronteira, afirma que é necessário fugir das análises que negligenciam os conflitos sociais nas relações interculturais, apontando que o equilíbrio entre os fluxos é sempre desigual, pois a existência de culturas em ambos os lados da fronteira não atenua a ocorrência da busca pela dominação. Por outro lado, para Hannerz, este entendimento sobre o conceito de fronteira a partir de Barth, identifica que a “submissão” de uma população a outra não significa claramente a ocorrência de fenômeno de “aculturação” ou de processo que pode resultar na eliminação de identidades de povos tradicionais, por exemplo. Ou seja, grupos étnicos que se submetem a contatos em que as situações de conflitos os colocam em posições de “inferioridade” (militar ou econômica) em longa duração não necessariamente cedem à aculturação, mas, pelo contrário, podem ser capazes de

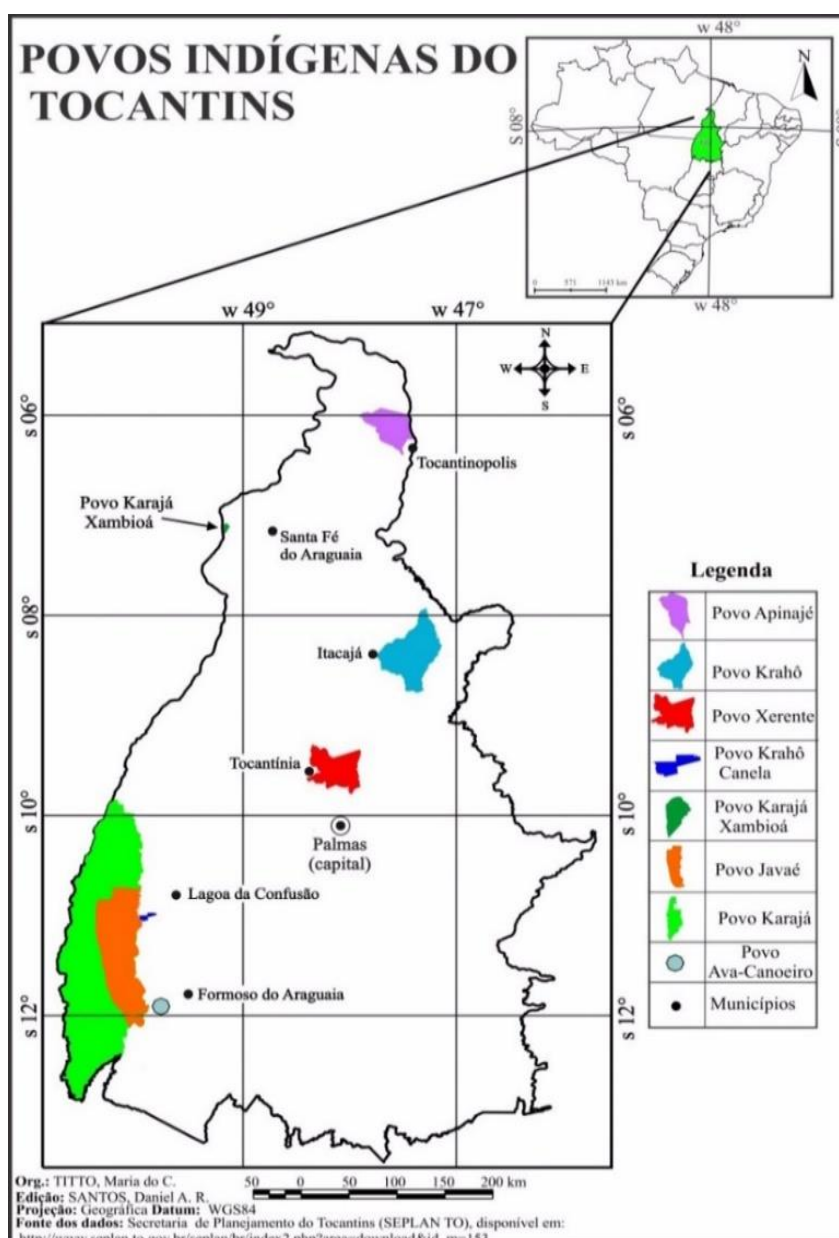
reforçarem suas identidades étnicas, revitalizando suas práticas a partir da negação ou da reformulação materiais e ideias alcançadas por meio dos fluxos e trocas culturais adquiridas, observadas ou vivenciadas na fronteira.

Na esteira desses apontamentos teóricos, importantes análises vêm sendo feitas atribuindo a noção de fronteira para se referir aos limites internos das sociedades nacionais. Territórios que nos discursos aparecem como vazios, periféricos e, portanto, disponíveis e necessitados de serem ocupados demograficamente, trabalhados economicamente e integrados politicamente. Neste arcabouço é possível inserir as discussões sobre a região do vale do rio Araguaia e de seus afluentes que atraiu ao longo das últimas décadas investimentos na área da agricultura e da pecuária para explorar as terras férteis, o regime climático e principalmente o potencial hídrico, como se observará adiante.

A Ilha do Bananal, Do ponto de vista legal é composta pelo Parque Nacional do Araguaia e pelas Terras Indígenas. Todas estas áreas encontram-se pressionadas pelas forças do agronegócio, tanto pelo lado do estado do Tocantins quanto pelo lado do Mato Grosso. Cabe destacar que um dos projetos mais desejosos dos produtores de soja sul mato grossense é a construção de uma rodovia federal que cruzaria a ilha no sentido oeste-leste e permitiria novas rotas de escoamento da produção. Os rios Araguaia e Javaés, constituem-se atualmente em fronteiras naturais que tem conseguido até o momento preservar de maneira razoável o avanço quase que infinito de pastagens e grandes plantações de arroz, de soja e de milho.

A Terra Indígena Javaé está toda localizada no interior da ilha e suas aldeias estão dispostas na margem esquerda do rio que leva o mesmo nome da etnia, que corre de sul a norte, limitando-se a leste com os municípios de Sandolândia, Formoso do Araguaia, Lagoa da Confusão e Dueré (Cf. imagem 01). São falantes de uma variação dialetal da língua Karajá, pertencente ao tronco linguístico Macro-Jê e conservam ligações socioculturais, afetivas e espirituais com o espaço em que vivem. Na língua materna, eles se autodenominam *Iny* (“gente”) ou *Itya mahãdu* (“o Povo do Meio”), (RODRIGUES, 2004).

Imagem 01: Mapa do Estado do Tocantins, com a localização das terras indígenas.



Fonte: TITO, Maria do C. (Org.) SANTOS, Daniel. A. R. (Edição).

Embora os primeiros contatos com os não-indígenas remontem ao século XVI, este povo permaneceu relativamente isolado até o início do século XX, quando as pastagens naturais da ilha chamaram a atenção dos criadores de gado, que paulatinamente começou a introduzir rebanhos no seu interior. Em pequenas quantidades isso nunca se transformou em grandes problemas, pelo contrário, se constituía em uma fonte de renda importante. Contudo, como se verá mais adiante, a pecuária bovina dos municípios limítrofes tem aumentado significativamente. Como o regime de chuvas da região

provoca meses de estiagem e conseqüentemente de enfraquecimento das pastagens, os criadores de gado conduzem seus rebanhos para o interior da ilha. O rio Javaés, durante o período das cheias possui grande volume de água e efetivamente se constitui numa fronteira natural que impede o avanço das ações que podem impactar mais decisivamente a biodiversidade da Ilha. Contudo, durante a seca, os baixos níveis pluviométricos são agravados pela destinação da água para a irrigação de grandes lavouras, esvaziando o seu leito e fragilizando a fronteira natural contra as principais ameaças.

Entretanto, como apontado por Barth, a fronteira possui um forte componente cultural. No último censo indígena (IBGE: 2010), Os Javaé possuía uma população de 1542 pessoas, distribuídas em 14 aldeias localizadas às margens do rio. Pela sua cosmologia, se autodenominam como “habitantes do fundo das águas”. Entre os indígenas que habitam o atual território brasileiro é relativamente comum a relação destes povos com a água e com os rios. Contudo, é notório como entre os Javaé estes elementos adquirem centralidade especial. Qualquer que visite uma das aldeias perceberá essa simbiose, presente desde o banho das crianças no limiar do dia, nas sociabilidades das mulheres nos afazeres cotidianos, nas atividades de pesca, etc. Mas é nos aspectos cosmológicos que a relação mítica entre o povo e o rio se torna ao mesmo mais difícil para a nossa compreensão e mais importante para os Javaé.

Pelas limitações e propósitos deste artigo, não cabe trazer aqui uma exposição alongada sobre a cosmovisão Javaé, mas resumidamente pode-se descrever que para eles o cosmo é dividido em três partes, podendo ser comparado as partes de um corpo. A cabeça representaria o mundo de cima, sendo também geograficamente identificado como o leste e ao rio acima, constituindo-se no lugar das permanências e associado à identidade étnica, à masculinidade e à imortalidade. Por sua vez, o mundo inferior é comparado aos pés, sendo identificado com o oeste e ao rio abaixo, bem como com as transformações e à mortalidade. Na parte do meio do cosmo estaria o mundo, formado pela superfície da terra e onde vivem os homens. É, portanto, comparado com a barriga do corpo. Localizando-se no meio, os homens seriam uma mistura do corpo imortal (tykytyby) com um corpo perceptível (tykytyhy). Por isso, os Javaé também se definem como o “povo do meio”, que habita entre o mundo em baixo das águas e o mundo celeste (RODRIGUES, 2009).

O rio é um elemento balizador da vida material e da visão cosmológica entre os Javaé. Eles sabem disto e, por isso, ao mesmo tempo que são os mais impactados pela exploração da água do rio para o uso das lavouras irrigadas são também os que mais

denunciam as irregularidades junto ao Ministério Público Federal. Sabem da importância da preservação desta fronteira.

3. O avanço agropecuário nos municípios limítrofes a T.I. Javaé

A expansão do agronegócio brasileiro não observa mais tão somente os padrões de outrora, em que a ocupação das terras seguiam das regiões Sul e Sudeste rumo ao Centro e Norte, em uma marcha contínua, aonde primeiramente abriam-se áreas de pastagens e em seguida as grandes lavouras se assentavam. Embora parte da região amazônica ainda seja percebida como área de expansão, fato é que já se encontra grandes plantações e significativas propriedades criadoras de gado bovino em praticamente todo o território nacional. Na atualidade, a busca é pela melhor relação custo benefício e, para tanto, além de terras baratas e ociosas outros fatores como o escoamento da produção para o mercado internacional são levados em consideração durante a seleção dos espaços de abertura de novas fronteiras agrícolas.

Ainda assim, não se pode compreender o novo cenário que reveste e caracteriza o setor agropecuário do sudoeste tocantinense e suas pressões socioambientais sem, contudo, recuperar a sua trajetória histórica.

Neste sentido, vale recuperar um importante ponto de partida que foram as transformações de ordem econômica resultantes da política federal forjada ainda entre as duas guerras mundiais, quando a quantidade de terras consideradas ociosas no interior do Brasil contribuiu para que o então Presidente Getúlio Vargas criasse, em 1938, o programa Marcha para o Oeste, uma tentativa de acelerar o processo de ocupação do Centro e Norte do Brasil. Essa iniciativa ilustra as intenções de um projeto que visava gerar mecanismos que promovessem a industrialização, a urbanização e, principalmente, a integração do território nacional. Objetivava-se, assim, eliminar o arcabouço dicotômico de país agrário-rural versus industrial-urbano e preparar o caminho para as correntes migratórias. (ROSSETTO, 2003).

Na esteira desse ideário, as construções de Goiânia na década de 1930 e de Brasília em 1960 representavam o “novo eldorado” que atraía pessoas na expectativa de um futuro melhor para o estado de Goiás. Estas capitais apareciam como símbolos de progresso, de modernidade, que deveriam contribuir para o crescimento econômico, político e populacional da região central do Brasil, em conformidade com o ideário desenvolvimentista em voga (TITO, 2006). A partir de então, as terras goianas passaram

a ser vistas como a nova fronteira agrícola do país e um importante celeiro da pecuária nacional. A Tabela 01 abaixo evidencia que entre 1974 e 1988 o rebanho bovino praticamente dobrou de tamanho. Considerando o mesmo período, as Tabelas 02 e 03 evidenciam que a área da produção das três principais culturas (arroz, milho e soja) saltaram de pouco mais de dois milhões de hectares para mais de 3,3 milhões de hectares ao mesmo tempo em que a produção também triplicou.

Tabela 01: Crescimento do Rebanho Bovino do Estado de Goiás 1974/1988

| Tipo de rebanho | 1974 | 1978 | 1982 | 1986 | 1987 | 1988 |
|-----------------|----------|------------|------------|------------|------------|------------|
| Bovino | 10976757 | 14.507.286 | 17.438.902 | 19.008.755 | 19.969.335 | 20.646.055 |

Fonte: IBGE – Pesquisa da Pecuária Municipal

Tabela 02: Evolução da área de plantio de arroz, milho e soja em Goiás, 1974/1988

| Produto das lavouras temporárias | Ano | | | | | |
|----------------------------------|-----------|---------|---------|---------|---------|-----------|
| | 1974 | 1978 | 1982 | 1986 | 1987 | 1988 |
| Arroz (em casca) | 998900 | 752550 | 1129383 | 1070840 | 1182284 | 1099080 |
| Milho (em grão) | 582900 | 835000 | 881820 | 925890 | 1156820 | 1112400 |
| Soja (em grão) | 110000 | 96600 | 317302 | 621810 | 544985 | 773530 |
| Total | 2.042.409 | 2021862 | 2674254 | 2995844 | 3254813 | 3.326.101 |

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Tabela 03: Evolução da produção de arroz, milho e soja em Goiás, 1974/1988

| Produto das lavouras temporárias | Ano | | | | | |
|----------------------------------|-----------|---------|---------|---------|---------|-----------|
| | 1974 | 1978 | 1982 | 1986 | 1987 | 1988 |
| Arroz (em casca) | 958944 | 621120 | 1396899 | 1358522 | 1501040 | 1551470 |
| Milho (em grão) | 1084194 | 1085500 | 1921842 | 2463940 | 3032308 | 2993000 |
| Soja (em grão) | 99000 | 100464 | 560916 | 1128428 | 1064650 | 1497990 |
| Total | 2.142.138 | 1807084 | 3879657 | 4950890 | 5597998 | 6.042.460 |

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Neste contexto, desde o início de dos anos 1970 agricultores do município de Formoso do Araguaia, então estado de Goiás, realizavam experiências de plantio de variedades de arroz de várzea de ciclo longo, conhecido com Jaraguá. Os resultados demonstraram que a região apresentava condições favoráveis para o cultivo de arroz irrigado, constatação que levou o governo militar no início dos anos 1980 a criar o Projeto Formoso, dotando a região com obras que possibilitavam a drenagem no período das águas e irrigação no período das secas.

Em 1988, por meio da Constituição Federal, o estado de Goiás é desmembrado na altura do paralelo 13, dando origem ao estado do Tocantins na região que até então era conhecida como Norte Goiano. Com a implantação do mais novo estado da Federação, em 1989, os sucessivos governos disseminaram um forte discurso sobre a vocação agropecuária do estado, ao mesmo tempo que procurou integrar as diferentes regiões do estado à Rodovia BR-153, com vistas a permitir o escoamento da produção (SOUZA, 2002).

Como é possível observar na Tabela 04, entre os anos de 1990 e 2017 o efetivo de bovinos do estado do Tocantins praticamente dobrou. No mesmo período, a área plantada de arroz, milho e soja somadas cresceu quatro vezes de tamanho (Tabela 05), enquanto a produção destes grãos aumentou em dez vezes (Tabela 06). Cabe registrar que este crescimento agrícola se deu sobremaneira com o impulso da soja, especialmente a partir dos anos dois mil, e da adoção de novas tecnologias e de defensivos agrícolas que fizeram o rendimento médio por hectare da soja também aumentar de maneira expressiva.

Tabela 04: Evolução do Rebanho Bovino do estado do Tocantins 1990/2017

| Tipo de rebanho | 1990 | 1995 | 2000 | 2005 | 2010 | 2015 | 2017 |
|-----------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Bovino | 4.309.160 | 5.544.400 | 6.142.096 | 7.961.926 | 7.994.200 | 8.412.404 | 8.738.477 |

Fonte: IBGE - Pesquisa da Pecuária Municipal

Tabela 05: Evolução da área plantada em hectares de arroz, milho e soja no estado do Tocantins, 1993/2017.

| Produtos | 1990 | 1995 | 2000 | 2005 | 2010 | 2017 |
|------------------|---------|---------|---------|---------|---------|-----------|
| Arroz (em casca) | 174860 | 167313 | 148543 | 198038 | 137946 | 111452 |
| Milho (em grão) | 71650 | 75388 | 58575 | 78182 | 83229 | 226549 |
| Soja (em grão) | 26280 | 20117 | 57919 | 355300 | 352875 | 842160 |
| Total | 298.882 | 288.647 | 289.608 | 682.171 | 660.309 | 1.278.379 |

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Tabela 06: Evolução da produção em toneladas de arroz, milho e soja no estado do Tocantins, 1993/2017

| Produto | 1990 | 1995 | 2000 | 2005 | 2010 | 2017 |
|------------------|---------|---------|---------|-----------|-----------|-----------|
| Arroz (em casca) | 260.850 | 417.148 | 391.827 | 463.529 | 447.320 | 694.133 |
| Milho (em grão) | 69.590 | 112.113 | 121.387 | 156.588 | 282.475 | 841.957 |
| Soja (em grão) | 35.140 | 36.471 | 144.362 | 905.328 | 991.326 | 2.410.207 |
| Total | 365.580 | 565.732 | 657.576 | 1.525.445 | 1.721.121 | 3.946.297 |

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Neste contexto, a região do Projeto Formoso, reconhecido como o maior projeto de arroz irrigado em área contínua do mundo, totalizando 27.787 hectares de várzea, impulsionou toda a região do sudoeste tocantinense, que com incentivos governamental se tornou rapidamente em uma das principais áreas da produção agropecuária estadual, com destaque mesmo no cenário nacional.

Como mencionado, a Terra Indígena Javaé tem como municípios limítrofes Lagoa da Confusão, Dueré, Sandolândia, além de Formoso do Araguaia, o maior município em extensão territorial do Tocantins. O crescimento da agropecuária no estado teve uma grande contribuição do que se produz nestes municípios. A Tabela 07 evidencia que entre 1993 e 2017 o efetivo de bovinos nestes quatro municípios, considerados em conjunto, mais que dobrou. Somados, eles correspondem a quase dez por cento do rebanho total do Tocantins, que possui ao todo 139 municípios. Cabe reforçar uma questão levantada acima, quando se observou o fato de que parte deste rebanho utilizam os chamados “retiros”, pastagens naturais arrendadas no interior da Ilha do Bananal, especialmente nos períodos de estiagens.

Tabela 07: Evolução do rebanho bovino nos municípios limítrofes a T.I. Javaé, 1993/2017

| Município | 1993 | 2000 | 2005 | 2010 | 2015 | 2016 | 2017 |
|--|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|
| Dueré | 74.500 | 90.700 | 103.350 | 118.600 | 154.629 | 153.210 | 148.691 |
| Formoso do Araguaia | 136.000 | 186.000 | 187.500 | 210.300 | 222.707 | 232.334 | 314.374 |
| Lagoa da Confusão | 55.000 | 94.000 | 112.700 | 94.730 | 93.729 | 99.387 | 108.105 |
| Sandolândia | 73.000 | 91.850 | 142.800 | 140.200 | 155.220 | 172.408 | 205.046 |
| Total | 338.500 | 462.550 | 546.350 | 563.830 | 626.285 | 657.339 | 776.216 |
| Fonte: IBGE - Pesquisa da Pecuária Municipal | | | | | | | |

Da mesma forma, a agricultura nestes quatro municípios também cresceu significativamente. As Tabelas 08 e 09 apontam que a área plantada triplicou e a produção cresceu quatro vezes mais, com destaque para o arroz, especialmente nos municípios de Lagoa da Confusão e Formoso do Araguaia, que estão na lista dos 20 municípios brasileiros maiores produtores (IBGE, 2017).

Tabela 08: Evolução da área plantada em hectares de arroz, milho e soja nos municípios limítrofes a T.I. Javaé, 1993/2017

| Município | 1993 | | | | 2017 | | | |
|--------------------------|--------|--------|-------|------|---------|--------|-------|--------|
| | Total | Arroz | Milho | Soja | Total | Arroz | Milho | Soja |
| Dueré (TO) | 8180 | 6400 | 700 | - | 15299 | 8950 | 330 | 3250 |
| Formoso do Araguaia (TO) | 31190 | 23300 | 830 | 6930 | 44519 | 23.550 | 1000 | 18826 |
| Lagoa da Confusão (TO) | 11104 | 10971 | 100 | - | 104606 | 50.093 | 3071 | 40128 |
| Sandolândia (TO) | 1040 | 600 | 400 | - | 625 | 25 | 100 | 360 |
| Total | 51.514 | 41.271 | 2030 | 6930 | 165.049 | 82.618 | 4.501 | 62.564 |

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Tabela 09: Evolução da produção em toneladas de arroz, milho e soja nos municípios limítrofes a T.I. Javaé, 1993/2017

| Município | 1993 | | | 2017 | | |
|--------------------------|---------|-------|--------|---------|--------|---------|
| | Arroz | Milho | Soja | Arroz | Milho | Soja |
| Dueré (TO) | 23490 | 770 | - | 60025 | 1680 | 9700 |
| Formoso do Araguaia (TO) | 101056 | 2162 | 12474 | 171500 | 4500 | 56100 |
| Lagoa da Confusão (TO) | 36130 | 110 | - | 366846 | 22111 | 121432 |
| Sandolândia (TO) | 468 | 360 | - | 72 | 525 | 1240 |
| Total | 161.144 | 3.402 | 12.474 | 598.443 | 28.816 | 188.472 |

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Essa condição, que reflete um significativo crescimento dos produtos que compõe a agropecuária tocantinense, exigiu a dotação de infraestrutura que permita o beneficiamento e o escoamento da produção para os grandes centros consumidores, notadamente os estados das regiões Sul e Sudeste do país. Também se procura formas de integração aos portos, visando à exportação para a Europa, Estados Unidos e Ásia. Para tanto, o Estado fomentou a construção de usinas hidrelétricas e a pavimentação das rodovias estaduais fornecendo a infraestrutura necessária para que os grandes produtores enxergassem o Tocantins como um importante fronteira agrícola do país na virada dos anos 1990 para os 2000.

4. Problematizações

O artigo trouxe uma premissa teórica que foi colocar o rio Javaé como uma fronteira (física e simbólica) entre o avanço da produção agropecuária nos municípios do sudoeste tocantinense e a Ilha do Bananal e aquilo que representa em termos de

biodiversidade e riqueza cultural. Cabe agora não tecer considerações finais, mas levantar algumas problematizações sobre como o povo Javaé tem se colocado diante deste novo cenário.

Primeiro é preciso considerar que trata-se de uma relação tensa, conflituosa, como Barth qualifica as situações de fronteira. Do ponto de vista prático, anciões e jovens Javaé discutem sobre como se integrar de forma positiva para eles no desenvolvimento econômico, assegurando-lhes o que comumente se denomina como qualidade de vida, ao mesmo tempo garantindo a preservação dos seus elementos culturais e a biodiversidade do lugar aonde vive e com o qual possuem uma relação que extrapola os limites da compreensão da sociedade não-indígena. A construção da rodovia que corta a ilha, por exemplo, é um dos aspectos que divide opiniões entre os indígenas, evidenciando principalmente o conflito geracional.

Outra questão a se levantar é sobre o caráter das políticas públicas implantadas não apenas no interior da Ilha, mas principalmente nos municípios limítrofes. O grande avanço da agropecuária no sudoeste tocantinense se deu, em grande medida, em função das características locais, como solo e água, mas foi potencializado pelo fomento governamental. O Estado pode ser, dependendo de suas escolhas, se constituir como agentes que permita a sobrevivência de áreas estratégicas para a biodiversidade do planeta ou ser o indutor da sua destruição.

No campo da pesquisa, é preciso compreender como o povo indígena Javaé se veem na busca pela manutenção de seus saberes, base necessária para revitalização dos seus referenciais culturais.

Finalmente, cabe ressaltar que, a despeito das pressões, o povo Javaé tem demonstrado uma surpreendente capacidade para lidar com as adversidades que o contato com a sociedade não-indígena lhes impuseram, buscando manter aspectos fundamentais de sua cultura, dialogando com o que se apresenta como novo sem desconfigurar totalmente suas essências.

REFERÊNCIAS

BARTH, F. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe & STREIFFENART, Jocelyne. Teorias da Etnicidade. São Paulo: UNESP, 1998.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. O índio e o mundo dos brancos: a situação dos tikuna do Alto Solimões. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 2000.

HANNERZ, Ulf. Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p. 7-39, 1997

RODRIGUES, Patrícia de M. “O meio como lugar da história”. *Campos – Revista de Antropologia Social* 8 (1): 33-43, UFPR, Curitiba.

ROSSETTO, N. Lutas e Práticas de Resistências dos Camponeses na Era Vargas. Dissertação de Mestrado. PUC-SP, 2003.

SOUSA, S. M. Belém-Brasília: abrindo fronteiras no Norte Goiano (atual Tocantins) – 1958 – 1975. In: GIRALDIN, O (Org.) *A (Trans) Formação Histórica do Tocantins*. Goiânia: Editora da UFG, 2002.

TITO, R. P. C. A Dominação Pela Reprodução da Pobreza: experiências de participação popular em Palmas, TO. Dissertação de Mestrado. PUC-SP, 2006.

TURNER, F. J. O significado da fronteira na história americana. KNAUSS, Paulo. *Oeste americano: quatro ensaios de história dos Estados Unidos da América de Frederick Jackson Turner*. Niterói: UFF, 2004 [1920].